

Brasil

politica@jb.com.br

Colonos são expulsos de reserva

■ Nove mil famílias são obrigadas a abandonar área indígena no Sul do Maranhão que garantem ocupar desde o século 19

MARCUS FERNANDO FIORI
 Agência JB

IMPERATRIZ, MA - Desde 1969, quando a União decidiu conceder suas terras aos índios krikatis, cerca de 9 mil famílias do Sul do Maranhão vivem um pesadelo. Agora, a Funai está requisitando as propriedades, pagando pelas benfeitorias uma quantia ínfima e deixando o agricultor abandonado à própria sorte.

É o caso, por exemplo, de Leon Delix Milhomem, o Catuné. Ele tem 87 anos, nasceu em uma fazenda de Montes Altos, no Sul do Maranhão, e herdou a terra do pai, que nasceu no mesmo local, em 1882. Catuné se lembra que o pai foi o caçula de uma família numerosa - quando nasceu, a irmã mais velha, nascida na mesma fazenda, já tinha 20 anos. O fazendeiro não sabe precisar em que ano o avô, Raimundo de Souza Milhomem, chegou ao Maranhão, mas, quando jovem, ouvia os mais velhos dizerem que a história da família começou no início do século 19.

Ele afirma possuir documentos assinados pelo imperador Dom Pedro I concedendo ao avô as terras que hoje lhe pertencem. A propriedade foi dividida pelos filhos e está em poder dos netos. O octogenário exibe toda a sorte de documentação de cinco fazendas, das quais quatro estão abandonadas e uma, de 1.600 hectares, mantida em dia, inclusive com o Imposto Territorial Rural (ITR) pago.

Outro agricultor da região, José Martins de Oliveira, tem 62 anos e uma família enorme. Da área declarada como Terra Indígena Krikati, ele tinha 50 hectares. É pouco, mas ele e seus parentes viviam bem para os padrões locais. "Pela documentação, a fazenda pertencia à nossa família há pelo menos 99 anos", diz Oliveira. Há 15 dias, no entanto, o sonho se desfez. Plantar arroz, milho, mandioca, feijão, criar gado de subsistência e manter as chamas de uma pequena olaria acesa, nunca mais. Os Oliveira foram retirados da fazenda e, com outras 49 famílias, estão vivendo num assentamento do Incra. Oliveira recebeu uma indenização de R\$ 9.270. "E ainda temos que ficar felizes, pois foi uma das indenizações mais altas entre todos os agricultores que já foram obrigados a abandonar suas propriedades", diz ele.

Histórias iguais - Não foi o caso de Abílio França Rodrigues, de 38 anos, que recebeu pelas benfeitorias em seus 30 hectares - três casas, pasto, pomar, culturas variadas e gado - a quantia de R\$ 3.900. O pai de Abílio, Custódio Rodrigues Viana, de 65 anos, nasceu na terra que hoje pertence ao filho. Doente, o idoso vive de aluguel em Montes Altos, distante 30 quilômetros do novo limite da terra indígena. Custódio conta que também herdou a terra do pai, que nasceu e morreu ali.

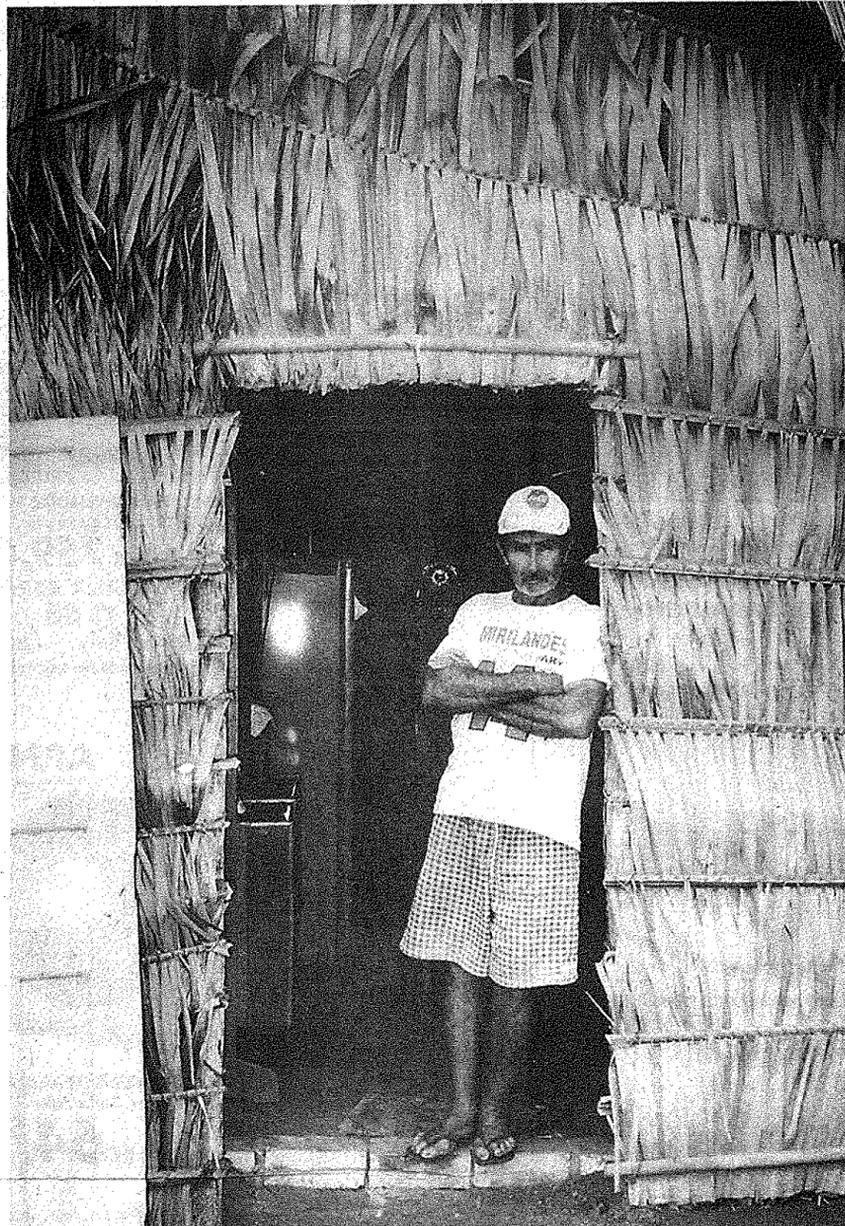
A história de Raimundo Gomes Pereira, 29 anos, não é diferente. Ele perdeu 380 hectares de terra. Trata-se de uma herança do avô, que nasceu no local e morreu em 1983, aos 82 anos de idade. A propriedade, segundo Raimundo, está com sua família pelo menos desde 1901. Raimundo recebeu uma indenização de R\$ 15 mil. O valor do hectare na região é de R\$ 150.

Tantos anos de convivência em comum transformaram essa gente numa comunidade tradicional. Eles partilham das mesmas histórias, costumes, ritos, esperanças e, agora, medo: o de perder suas terras. Os municípios que receberão a Terra Indígena Krikati - Amarante do Maranhão, Sítio Novo, Montes Altos e Lajeado Novo - são cidades que não oferecem empregos. Amarante, por exemplo, tem 55% de seu território considerado Área de Preservação Ambiental. Agora, mais 12% estão sendo transformados em terra indígena.

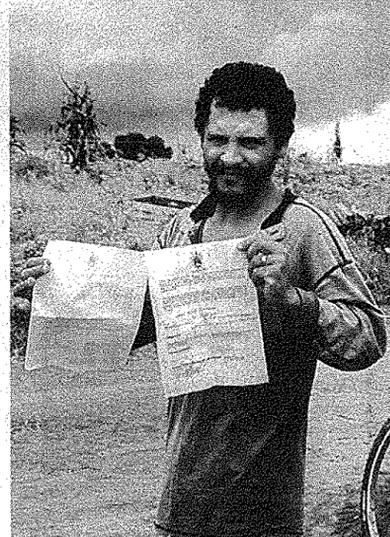
Há quem diga que a União está criando, naquela região, um problema social que dificilmente será contornado. Um novo cinturão de miséria pode estar surgindo. As cidades-pólos dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí ainda não estão preparadas, mas em breve, certamente, terão 9 mil famílias em suas periferias.

Ninguém tem dúvidas de que as propriedades em questão pertencem aos índios krikatis. Nem mesmo os sertanejos. O problema é o descaço com que estão sendo tratados pelo Estado. Para a Funai, quem está dentro da área indígena - decretada como tal em 1982 - é classificado como "posseiro", independentemente de ter ou não documentos. Quem está na região antes de 1982 é considerado "posseiro de boa fé". Estes têm direito a uma indenização pelas benfeitorias. Os que entraram depois desse ano são considerados "posseiros de má-fé". Sem direito, portanto, à indenização qualquer.

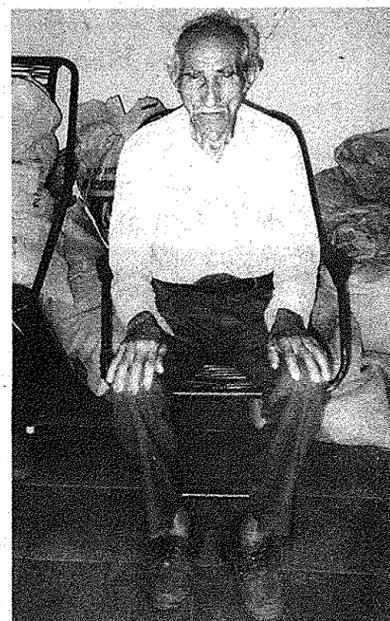
Tanta arbitrariedade por parte da Funai se apóia no instituto do "indigenato". "O indigenato não é um fato dependente de legitimação, ao passo que a ocupação, como fato posterior, depende de requisitos que a legitimem", explica o procurador da República no Pará Ubiratan Gazetta. Ele afirma que os índios e a Funai estão tomados de razão. Aos sertanejos, só resta tentar a sorte longe de suas terras, mesmo tendo na agricultura a fonte de renda e na atividade agrícola a única especialização - habilidade que vem da época em que "profissão" se chamava "ofício".



José Martins foi despejado de uma área em que sua família vivia há 99 anos. Recebeu R\$ 9 mil



Abílio recebeu R\$ 3,9 mil por benfeitorias



Catuné, de 87 anos, herdou terras do pai



Três décadas perdidas

Boatos fizeram lavrador deixar de investir em 69

Os agricultores também estranham não ser indenizados como em qualquer processo de desapropriação. "De fato, eles não têm direito a indenizações", afirma o procurador da República no Pará Ubiratan Gazetta. "Mas poderiam questionar o Estado ju-

dicialmente, já que, estando documentados, os sertanejos estariam na terra indígena por responsabilidade da União." Mais do que perder a propriedade, a revolta dos sertanejos está no fato de terem perdido mais de 30 anos. Desde que começaram os rumores sobre a criação da terra indígena, em 1969, não investiram, não construíram, não produziram, não cresceram. Não valia a pena, pois

estavam por perder as propriedades, o que não aconteceu até hoje. "Seria muito melhor que essa história tivesse se resolvido há 30 anos. Iríamos para outros lugares e recomençaríamos nossas vidas. Agora, estamos mais sem alternativa do que nunca", diz Joan Ferraz Mota Pereira, de 26 anos, dono de 300 hectares de terras em Amarante do Maranhão.

Muita terra para pouco índio

Segundo a administração da Funai em Araguaína (Tocantins), que cuida da Terra Indígena Krikati, os índios passarão a ter 146 mil hectares de terra depois da demarcação. O órgão registrou três aldeias dentro dos limites da reserva. A maior delas, a Guajajara, tem população de 556 índios, distribuídos em 132 famílias. Depois vem a aldeia Raiz, com 59 indivíduos de 18 famílias, e, por último, a Recanto dos Cocais, com 41 índios e 7 famílias. No total, são 656 índios, em 157 famílias. Mas até nisso os sertanejos discordam da Funai. Eles garan-

tem que não há na região mais do que 300 índios. A administradora da Funai em Araguaína, Maria Maziolene, informa que o levantamento fundiário nos limites da terra indígena ainda não foi feito. Na verdade, o órgão não tem idéia de quantos agricultores estão na área. O levantamento fundiário, diz Maziolene, está sendo feito pela Funai com apoio do Incra e do Instituto de Terras do Maranhão. "A Funai não paga indenização pelas terras porque considera que não pertenciam aos colonos antes de eles a ocuparem." Maziolene afirma que, "quan-

do foi decretada a terra indígena, quem estava dentro dos limites da reserva, estava onde não devia, mesmo devidamente documentado". A Funai iniciou a demarcação em 1997. "O Incra colaborou na demarcação, mas a questão nada tem a ver com o Incra", garante o engenheiro agrônomo Duarte Assunção, do Incra de Imperatriz (MA). "Toda essa terra foi incorporada ao patrimônio da Funai. Mas essa gente é muito apegada à terra. Provavelmente, o despejo desse pessoal vai se constituir em sério problema para o Incra, que depois terá de assentá-lo em outro local."

Sobrevivência em cidades é difícil para os sertanejos

IMPERATRIZ, MA - A pequena estrada que liga Amarante do Maranhão a Montes Altos, no Sul do Maranhão, não tem mais do que 65 quilômetros. Por ela, único acesso a centenas de pequenas e médias propriedades rurais, só passam veículos utilitários. Mais do que uma estrada, é a própria representação do estado de ânimo e de espírito de milhares de pessoas que habitam a região. A pista está abandonada pelos homens e pelo tempo, o que também acontece com a maioria das propriedades rurais ao longo de seu trajeto.

O abandono, marca registrada do lugar, é conveniente para o Funai. O sertanejo é forte por excelência, mas não agüentou esperar. Trinta anos se passaram. Ao deixar para trás toda a história de sua vida, o sertanejo perde o direito até à reduzida indenização que o órgão federal está pagando pelas benfeitorias das propriedades rurais localizadas na Terra Indígena Krikati.

A terra é dos índios, comprovam estudos sociológicos e antropológicos realizados nos municípios de Amarante do Maranhão, Montes Altos, Sítio Novo e Lajeado Novo. Só que os sertanejos não estão ali por acaso. Eles foram levados para lá pelo governo imperial, no início do século 19.

Cidade - Ao tempo que é fácil para o governo despejar as famílias, o mundo que se apresenta a elas é cheio de mistérios. A maioria não estudou. Ninguém está preparado para concorrer no mercado de trabalho das cidades. A agricultura é a única atividade que o sertanejo do Sul do Maranhão sabe desempenhar. E com eficiência.

Naquela pequena estrada de 65 quilômetros que liga Amarante do Maranhão a Montes Altos, as primeiras propriedades rurais estão fora da terra indígena. Elas prosperam e recebem investimentos. Mas conforme se avança, o que se vê são currais construídos há mais de 30 anos sem receber uma única reforma, pois o sertanejo sabe que é investimento perdido, além de que, para a Funai, qualquer benefício acrescentado à terra a partir de 1982 eleva o agricultor à categoria de "posseiro de má-fé".

O pequeno distrito de Quiosque, em Montes Altos, agregava 200 famílias de agricultores, todas despejadas. Alguns agricultores estão na cidade. Por enquanto, pagam aluguel para morar. Mas em poucos meses a indenização pelas benfeitorias estará gasta. Os sertanejos, na verdade, quase não fizeram benfeitorias. Sempre viveram com medo de perder tempo e dinheiro, pois cedo ou tarde o inimigo viria tirá-los de suas terras. O inimigo, nesse caso, se chamava União.